

# Aviso de Contratação 6/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2024	90145-ESP-CAIS - PROF. CANTIDIO DE MOURA CAMPOS	ANDRE LUIZ VIEIRA PINTO	23/04/2024 11:31 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	19/2024	024.00066288/2024-83

## Aviso de

# CONTRATAÇÃO DIRETA

90006/2024

## CONTRATANTE (UASG)

90145

## OBJETO

Contratação de serviços gráficos de confecção de impressos padronizados.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 17.529,14

## DATA DA SESSÃO

Dia **26/04/2024**

## HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das **08h até 14h** (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

**menor preço por item**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**  
**SIM**

## CAIS PROFESSOR CANTÍDIO DE MOURA CAMPOS

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 6/2024**

**(Processo Administrativo n.º 024.00066288/2024-83)**

Torna-se público que o(a) **CAIS Prof. Cantídio de Moura Campos**, por meio do(a) Núcleo de Finanças, Suprimentos e Gestão de Contratos, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **menor preço**, na hipótese do art. 75, *caput*, inciso II, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, observando a disciplina do referido diploma legal, do Decreto estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, e demais normas da legislação aplicável, e, ainda, as condições estabelecidas neste Aviso e em seus Anexos.

**Data da sessão: 26/04/2024**

**Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00**

**Link: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)**

**Critério de Julgamento: menor preço**

## 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 O objeto do presente procedimento de dispensa de licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **Contratação de serviços gráficos de impressos padronizados**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

1.1.1. Caso a documentação que compõe este Aviso estabeleça que o objeto desta dispensa eletrônica contém mais de um item, será facultado ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. REGISTRO DE PREÇOS.

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de dispensa eletrônica para registro de preços.

## 3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

1. 3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

3.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

3.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão ou entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.3. Em relação às regras aplicáveis à presente dispensa eletrônica relativas a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.3.1. Para o item 01, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas neste item 3), nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.3.1.1. O tratamento favorecido a que se refere o item anterior fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas) que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.4. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.4.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) Anexo(s);

3.4.2. que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.4.3 que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.4.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.4.3.2. O impedimento de que trata a alínea “c” acima será também aplicado ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

3.5. Não poderão participar desta dispensa de licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.

3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. A vedação de que trata o item anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7. Não poderão participar desta dispensa de licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

## **4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA**

### **INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item 4.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto (se a indicação de marca pelo fornecedor for exigida neste Aviso), e o preço ou o desconto (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido neste Aviso, correspondendo ao menor preço ou maior desconto, respectivamente), até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido neste Aviso), vinculam a Contratada.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

4.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Independentemente do percentual de tributo que constar da planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Aviso, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto a ser contratado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60(sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.8.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.8.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;

4.8.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.8.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991.

4.8.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.9. O fornecedor organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar a exceção dos §§ 2º e 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado no item subsequente.

4.10.1. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas) que, no ano-calendário de realização do certame, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.10.2. Na hipótese de se verificar a exceção especificada no item anterior, o fornecedor deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, ficará facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido neste Aviso), obedecendo às regras das subdivisões desta disposição.

4.11.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste Aviso.

4.11.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

4.11.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

4.11.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso para os demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos pelos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

## 5. FASE DE LANCES

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item (conforme o critério de julgamento definido neste Aviso).

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido neste Aviso) ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 0,50%.

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido neste Aviso), vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## 6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto mínimo definido para a contratação (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido neste Aviso, correspondendo ao menor preço ou maior desconto, respectivamente), poderá haver negociação de condições mais vantajosas.

6.1.1. Na hipótese a que se refere o item anterior, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

- 6.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto mínimo definido para a contratação.
- 6.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 6.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada de documentos complementares, quando necessários.
- 6.3.1. Além da documentação supracitada, caso o custo global estimado do objeto da dispensa eletrônica tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha de custos e formação de preços ou outra espécie de planilha elaborada pela Administração conforme indicado no Aviso, o fornecedor com a melhor proposta será convocado para encaminhar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta.
- 6.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, será verificado se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3 deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.4.1. SICAF;
- 6.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 6.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 6.4.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- 6.4.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- 6.4.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
- 6.4.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 6.5. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.6. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023)



- 6.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 6.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 6.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.7. Verificadas as condições de participação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus Anexos.
- 6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.8.1. conter vícios insanáveis;
  - 6.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso ou em seus Anexos;
  - 6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo que tenha sido definido para a contratação;
  - 6.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso ou seus Anexos, desde que insanável.
- 6.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 6.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
  - 6.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 6.10. Caso seja definido no item 1 deste Aviso que o objeto da dispensa de licitação consiste em execução de obra ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de aceitabilidade de preços considerará o seguinte:
- 6.10.1. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário (caso assim definido pela documentação que integra este Aviso), o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.
    - 6.10.1.1. Nessa hipótese, aquele que estiver mais bem colocado na disputa será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes,

conforme modelo de planilha elaborada pela Administração (integrante da documentação que compõe este Aviso), para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021);

6.10.2. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário (caso assim definido pela documentação que compõe este Aviso) o critério de aceitabilidade de preços será:

6.10.2.1. O valor global estimado para a contratação.

6.10.3. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, observado o disposto no subitem subsequente.

6.10.3.1. A inexequibilidade, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência da Administração, facultando ao fornecedor comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.

6.10.4. Será exigida garantia adicional do fornecedor vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.

6.11. Caso seja definido no item 1 deste Aviso que o objeto da dispensa de licitação consiste em prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra (sejam serviços em geral ou de engenharia), além das disposições acima, deverão ser observados os seguintes preceitos:

6.11.1. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio de planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo fornecedor em relação à sua proposta final, conforme modelo constante de Anexo deste Aviso.

6.11.2. A apresentação de valores abaixo dos respectivos custos referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

6.11.3. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre os fornecedores, informa-se que foi(ram) utilizado(s) o(s) seguinte(s) acordo(s), dissídio(s) ou convenção(ões) coletiva(s) de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

6.11.3.1. O(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) indicado(s) no subitem acima não são de utilização obrigatória pelos fornecedores, tendo em vista que a definição do(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) adequado(s) a cada fornecedor depende do enquadramento sindical a ele aplicável nos termos da legislação vigente. Ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas aos quais o contratado estiver vinculado nos termos da legislação vigente.

6.11.4. É vedado ao fornecedor incluir na planilha de custos e formação de preços:

a) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 135, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.11.5. A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do fornecedor, devendo a Administração determinar que o respectivo custo seja excluído da planilha, observando-se o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.11.6. Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da planilha, garantidos ampla defesa e contraditório.

6.11.7. O fornecedor vencedor deverá indicar os sindicatos, acordo(s) coletivo(s), convenção(ões) coletiva(s) ou sentença(s) normativa(s) que regem a(s) categoria(s) profissional(is) que executará(ão) o serviço e a(s) respectiva(s) data(s)-base(s) e vigência(s), com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.11.8. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6.11.9. Caso seja definido no item 1 deste Aviso que o objeto da dispensa de licitação consiste em prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra (sejam serviços em geral ou de engenharia), cuja produtividade seja mensurável e indicada na documentação que integra este Aviso, o fornecedor deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.11.9.1. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não esteja contida na faixa referencial de produtividade, mas seja admitida pelo Aviso, o fornecedor deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

6.11.9.2. Os fornecedores poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.11.9.3. Para efeito do item anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pelo fornecedor, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.12. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.15. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.16. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.17. Caso seja estabelecida a exigência de apresentação de amostra(s) ou de execução de prova de conceito na documentação que integra este Aviso como Anexo considerando o objeto do procedimento, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do fornecedor classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Aviso.

6.18. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 7. HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Aviso, e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, quanto aos documentos por ele abrangidos.

7.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de ..... , sob pena de inabilitação. (art. 17, § 2º, do Decreto estadual nº 68.304, de 2024).

7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou por os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e às condições de habilitação.

7.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7.10. A disciplina dos recursos, da adjudicação e da homologação encontra-se no item 12 deste Aviso.

## **8. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. A disciplina deste item 8 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de dispensa eletrônica para registro de preços.

## **9. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de dispensa eletrônica para registro de preços.

## **10. CONTRATAÇÃO**

10.1. Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Aviso como Anexo.

10.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

10.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no item anterior por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

10.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

10.1.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 6 deste Aviso.

10.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

10.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Aviso como Anexo;

10.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa);

10.1.5.3. caso seja definido no item 1 deste Aviso que o objeto da dispensa de licitação consiste em execução de obra ou serviços de engenharia, a apresentação do registro ou inscrição do fornecedor no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.

10.1.6. O fornecedor deverá manter as condições de habilitação e contratação previstas neste Aviso durante a vigência da contratação.

10.1.7. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido na documentação que integra este Aviso.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05(cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

10.2.2. O prazo para assinatura previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

10.2.4. O prazo para formalização da contratação previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

10.2.5. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto no subitem acima importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

10.2.6. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica o reconhecimento pelo adjudicatário:

10.2.6.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.6.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Aviso e seus Anexos e à sua proposta;

10.2.6.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

10.2.6.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.6.5. dos direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.6.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Aviso deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

## 11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o fornecedor que, com dolo ou culpa:

11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação ou a assinar a ata de registro de preços (caso o item 1 deste Aviso defina dispensa de licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito às seguintes sanções, após regular processo administrativo, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal:

- a) Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.12, calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento;<sup>[A1]</sup>
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos das infrações previstas nos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos casos dos itens 11.1.2 a 11.1.7 que justifiquem a imposição da penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021)

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida neste Aviso, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- 11.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.8.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 11.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação ou assinar a ata de registro de preços (caso o item 1 deste Aviso defina dispensa de licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no subitem 11.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

11.10. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.



11.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021)

11.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021)

11.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

a) republicar o presente Aviso com uma nova data;

b) contratar, desde que atendidos os requisitos de habilitação, o fornecedor que tenha ofertado a melhor proposta em pesquisa de preços que tenha servido de base ao procedimento, privilegiando-se, sempre que possível, a de menor preço;

c) fixar prazo para que os fornecedores interessados possam ajustar suas propostas ou sanear a documentação necessária à sua habilitação, conforme o caso.

12.1.1. No caso da alínea “b” do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

12.1.2. As providências das alíneas “a” e “b” do subitem acima também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

12.2. Qualquer fornecedor poderá apresentar recurso administrativo quanto aos atos de julgamento de proposta e de habilitação ou inabilitação.

12.2.1. O recurso contendo as razões recursais deverá ser apresentado em momento único, no prazo de 1 (um) dia útil, contado a partir da data de divulgação do ato de habilitação ou inabilitação.

12.2.2. Os recursos deverão ser encaminhados pelo meio eletrônico: [cantidio-nges@saude.sp.gov.br](mailto:cantidio-nges@saude.sp.gov.br)

12.2.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.2.4. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais fornecedores será de 1 (um) dia útil, contado da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.2.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

12.3. Exaurida a fase recursal, será observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto ao fornecedor vencedor e homologará o procedimento.

12.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

12.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

12.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

12.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

12.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

12.13.1. ANEXO I – Termo de Referência;

12.13.2. ANEXO II – Resolução SS nº 65, de 1 de abril de 2024;

12.13.3. ANEXO III – Modelo referente a planilha de proposta;

12.13.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração.

12.13.5. ANEXO V - Modelo dos Impressos

12.13.6. ANEXO VI - Planilha orçamentária

Botucatu, na data da assinatura digital.

### 13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ADILSON APARECIDO DA LUZ**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 23/04/2024 às 11:31:54.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Termo de referencia.pdf (201.74 KB)
- Anexo II - Resolucao SS 65.pdf (691.1 KB)
- Anexo III - Planilha de Proposta.pdf (614.92 KB)
- Anexo IV - Modelo de Declaracao.pdf (9.71 KB)
- Anexo V - Modelo Impressos.pdf (2.37 MB)
- Anexo VI - Planilha Orcamentaria.pdf (47.13 KB)

**Anexo I - Termo de referencia.pdf**

Termo de Referência 47/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
47/2024	90145-ESP-CAIS - PROF. CANTIDIO DE MOURA CAMPOS	ANDRE LUIZ VIEIRA PINTO	22/04/2024 11:01 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	19/2024	024.00066288/2024-83

1. Condições gerais da contratação

1.1. Contratação de serviços de confecções de impressos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade
01	Acolhimento Inicial – papel sulfite A4 – branco gramatura 75, frente/verso – impressão 1x1, com 02 furos – <b>Bloco 50 Folhas</b>	18422	Unidade	10
02	Cartão de Medicação – papel cartão – <b>cor amarela</b> – Gramatura 240 – med. Aprox. 15 cm larg. x 10,5 cm alt. – frente/verso - Impressão 1x1	18422	Unidade	2500
03	Cartão de Medicação – papel cartão – <b>cor rosa clara</b> – Gramatura 240 – med. Aprox. 15 cm larg.x10,5 cm alt. - frente/verso – impressão 1x1	18422	Unidade	3000
04	Cartilha “Conhecendo seu medicamento” - papel couchet brilhante 120 gr – med. 105mm x 148,5 mm – tiragem: grampeada ( <b>14 pág. + capa/contracapa</b> ) – impressão 4x4	18422	Unidade	300

05	Censo diário – frente e verso – sulfite A4 branco – Gramatura 75 – com 02 furos – impressão 1x1 - <b>Bloco com 50 folhas</b>	18422	Unidade	20
06	Cuidados de Enfermagem ao Paciente Contido/Acamado – frente e verso – sulfite A4 – branco – Gramatura 75 – com 02 furos – impressão 1x1 - <b>Bloco com 50 Folhas</b>	18422	Unidade	10
07	Declaração de comparecimento – sulfite – branco – gramatura 75 med. Aprox. 15,5 larg. x 21 alt (cm) – Impressão 1x0 - <b>Bloco com 50 Folhas</b>	18422	Unidade	10
08	Envelope Ofício – <b>cor branco</b> – med. Aprox. 23 larg. x 11,5 alt. (cm) – Timbrado – gramatura 80 Impressão 1x0	18422	Unidade	1000
09	Envelope tipo saco, kraft natural – <b>GRANDE</b> – med. Aprox. 45 larg x 30 alt. (cm)- timbrado - gramatura 90. Impressão 1x0	18422	Unidade	200
10	Envelope tipo saco, Kraft natural – <b>PEQUENO</b> – Med. Aprox. 28 larg. x 20 alt. (cm) – gramatura 90 – Impressão 1x0	18422	Unidade	300
11	Escala Diária – sulfite A4 – branco – gramatura 75 – frente/verso – Impressão 1x1 – com 02 furos - <b>Bloco com 50 Folhas</b>	18422	Unidade	40
12	Evolução Clínica - papel sulfite A4 - branco – gramatura 75, com 02 furos, frente e verso. Impressão 1x1 - <b>Bloco com 100 Folhas</b>	18422	Unidade	250
13	Exame Físico - frente/verso- sulfite A4 - branco – Gramatura 75 - com 2 furos – impressão 1x1 - <b>Bloco com 50 Folhas</b>	18422	Unidade	35

14	Ficha de prateleira – papel cartão – <b>cor amarelo</b> – gramatura 180 – med. Aprox. 12 larg. x 20,5 alt. (cm) – frente /verso – Impressão 1x1	18422	Unidade	200
15	Ficha de Serviço - SADT – sulfite - branco - gramatura 90 - med. Aprox. 21 larg. x 11alt. (cm) – impressão 1x0 - <b>Bloco com 100 Folhas</b>	18422	Unidade	60
16	Ficha de Usuário – Papel Cartão - cor verde - gramatura 180 - med. aprox. 16 larg. x 12 alt. (cm) – Impressão 1x0	18422	Unidade	100
17	Notificação de Receita – sulfite – cor azul – com números sequenciais – bloco picotado – med. Aprox. 24 larg. x 7,5 alt. (cm) impressão 1x0 - <b>Bloco com 50 Folhas</b>	18422	Unidade	40
18	Pedido de exame de sangue (com código) – sulfite A4 branco – gramatura 75 – com 2 furos – Impressão 1x0 - <b>Bloco com 50 Folhas</b>	18422	Unidade	80
19	Prescrição de Enfermagem – Interagir (3 dias) – sulfite A4 - <b>branco</b> – gramaturas 75 – frente/verso – com 2 furos - Impressão 1x1 - <b>Bloco com 50 Folhas</b>	18422	Unidade	100
20	Prescrição Médica – CAPS II - sulfite A4 - branco - gramatura 75 - branco – frente/verso – com 2 furos – impressão 1x1 - <b>Bloco com 50 Folhas</b>	18422	Unidade	50
21	Projeto Terapêutico Singular (PTS) – <b>CAPS II</b> – sulfite A4 – branco – Gramatura 75 – frente e verso – 02 furos – impressão 1x1. - <b>Bloco com 50 Folhas</b>	18422	Unidade	15
22	PTS - Plano Global de Admissão – <b>INTERAGIR</b> – sulfite A4 – branco – Gramatura 75 – impressão 1x0 – com 02 furos - <b>Bloco com 50 Folhas</b>	18422	Unidade	40
	RAAS – “Registro de Ações Ambulatoriais de Saúde” – Sulfite A4 –			



23	branco – gramatura 75 – frente/verso – Impressão 1x1 - <b>Bloco com 50 Folhas</b>	18422	Unidade	70
24	Receituário Controle Especial – com 01 via carbonada – med. Aprox. 15,5 larg. x 18 alt. (cm) - Impressão 1x0 - <b>Bloco com 100 Folhas</b>	18422	Unidade	50
25	Receituário Médico – sulfite – branco – med. Aprox. 15,5 larg. x 21 alt. (cm) - gramatura 75 – Impressão 1x0 - <b>Bloco com 50 Folhas</b>	18422	Unidade	300
26	Registro de Frequência – frente/verso – papel cartão – branco – gramatura 180 – med. Aprox. 32 larg x 23 alt. (cm) – impressão 1x1	18422	Unidade	200
27	Apostila (Livro de Registro de Enfermagem) com 100 folhas frente e verso ( <b>numeradas de 01 a 100 folhas /não páginas</b> ) – Sulfite A4 – Gramatura 75 – Impressão 1x1, mais capa inicial papel médio gramatura 120 impressão 1x0 ( <b>12 masculina e 12 feminina</b> ) – com acabamento espiral e capa plástica	18422	Unidade	24

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### Subcontratação

1.3. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## 2. Fundamentação e descrição da necessidade

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no orçamento da unidade, baseado na Lei Orçamentária Anual nº 17.863/2023 de 22 de dezembro de 2023.

### **3. Descrição da solução como um todo**

#### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. Requisitos da contratação**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os critérios de sustentabilidade que se encontram pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### **Garantia da contratação**

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar de 2021.

4.3. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, pois o serviço será executado fora da sede.

### **5. Modelo de execução do objeto**

#### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 20 dias da assinatura do contrato;

5.1.2. Os modelos dos impressos serão enviados e aprovados previamente antes da confecção dos mesmos.

### **6. Modelo de gestão do contrato**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

7.1. O pagamento será realizado mediante depósito na conta corrente bancária em nome da CONTRATADA no Banco do Brasil S/A em 30 (trinta) dias, contados da data de entrega da nota fiscal /fatura.

### Liquidação

7.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.2.1. o prazo de validade;

7.2.2. a data da emissão

7.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.2.5. o valor a pagar; e

7.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.5. Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do

contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.10. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.11. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto nº 67.608/2023, c/c o artigo 1º do Decreto nº 32.117/1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

#### **Forma de pagamento**

7.12. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

7.12.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.14. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.14.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. Forma e critérios de seleção e regime**

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO**

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, 8.1 na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, caput, inciso II. da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO GLOBAL.

### **Regime de execução**

8.2. O regime de execução do contrato será por preço UNITÁRIO.

### **Exigências de habilitação**

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta> )

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

f) Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>);

g) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

8.4. A consulta ao cadastro especificado na alínea ‘d’ do item anterior será realizada em nome da pessoa jurídica fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de x documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

### **Habilitação jurídica**

8.13. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.14. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.15. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.16. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.17 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.19. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690 /2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União

(DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.23. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.24. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.25. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] e/ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.26. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e/ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.27. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.28. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.29. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do , caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua (art. 5º, inciso II, interessado contratação alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.30. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor);

8.30.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

### **Outras comprovações**

8.31. Declaração subscrita por representante legal do fornecedor, atestando que:

a) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição federal;

b) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição estadual;

c) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando o caso;

8.32. Tratando-se de consórcio, caso admitida a sua participação:

8.32.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase do procedimento de dispensa eletrônica quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na dispensa eletrônica e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem;

8.32.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.32.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei federal nº 14.133/2021.

8.32.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio

8.32.5. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:

8.32.6. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.32.7. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32.8. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;



8.32.9. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.32.10. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta

8.32.11. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n.5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.32.12. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

## 9. Estimativas do valor da contratação

**Valor (R\$):** 17.529,14

O custo estimado total da contratação é de R\$ 17.529,14 (, quinhentos e vinte e nove reais e quatorze centavos), conforme custos unitários em anexo. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## 10. Adequação Orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.1.1. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I. Gestão/Unidade: 090145;

II. Fonte de Recursos: 165910001;

III. Programa de Trabalho: 090602;

IV. Elemento de Despesa: 33903918;

V. Plano Interno: 004.009.0224;

10.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao (s) exercício (s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ROSELAINE APARECIDA GALHARDO JORGE**

Diretor I



*Assinou eletronicamente em 22/04/2024 às 11:01:04.*

**Anexo II - Resolucao SS 65.pdf**



# DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de abril de 2024 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

## RESOLUÇÃO SS Nº 65, DE 1 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre o procedimento, no âmbito da Secretaria da Saúde, visando à aplicação de sanções administrativas previstas na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei federal nº 14.133/2021, e dá as providências correlatas

O SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de regulamentar os procedimentos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal,

### **RESOLVE:**

#### **I . DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 1º** - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações e em outros ajustes regidos pela Lei nº 14.133/2021 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta resolução.

**Artigo 2º** - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde, que incidir nas infrações relacionadas no art. 155, ficará sujeito às seguintes sanções, previstas no art. 156, ambos da LLCA:

I - advertência;

II – multa na forma prevista no edital ou contrato, de no mínimo 0,5% a no máximo 30% do valor do ajuste;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do mesmo ente federativo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**§ 1º** - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, nos termos do § 9º do art. 156 da LLCA.

**§ 2º** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**Artigo 3º** - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º, desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para a Administração Pública;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§ 1º** - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apendos do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Saúde, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

**§ 2º** - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;

2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;
3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;
4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

## II. DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

### II.1 – Da Advertência

**Artigo 4º** - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração.

### II.2 – Da Multa

**Artigo 5º** - A multa prevista no inciso II do art. 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da LLCA, será calculada na forma do edital ou do contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

**Artigo 6º** - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, nos termos do art. 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

I - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

II - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;

**§ 1º** - Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sujeita a multa de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a critério da autoridade competente, que decidirá com fundamento na avaliação do Gestor do contrato.

**§2º**- Os prazos referidos nos incisos I e II e parágrafo primeiro deste artigo considerarão dias corridos.

**§ 3º** – No caso de prestação de serviços contínuos, a multa será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre a base mensal que seria paga à empresa contratada faltosa no

mês em que houve o descumprimento da obrigação.

**Artigo 7º** - Verificado o descumprimento contratual no prazo e modo convenencionados, se o cumprimento da obrigação não mais atender aos critérios da oportunidade e conveniência administrativa, ou, ainda que haja interesse da Administração, o devedor não cumprir sua obrigação, a multa de mora poderá ser convertida em compensatória, com a promoção da extinção unilateral do contrato, e aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta resolução.

**Artigo 8º** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**Artigo 9º** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

**Artigo 10** - A Administração poderá deixar de cobrar a multa de valor inferior a 15 (quinze) UFESP's, mantidos, entretanto, os registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

**Artigo 11** - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela Administração, contado do recebimento, pela contratada, da comunicação da recusa.

**§ 1º** - O pedido de prorrogação para a entrega dos bens substituídos ou reexecução do objeto do contrato deverá, se o caso, ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

**§ 2º** - A ausência de regularização do objeto do contrato dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

## **II.3 – Do Impedimento de Licitar e Contratar**

**Artigo 12** - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, III, IV, V, VI e VII do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I – por 2 (dois) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do art. 155;

II – por 4 (quatro) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do art. 155;

III – por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do art. 155;

IV – por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do art. 155.

**§ 1º** - Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

**§ 2º** – A aplicação da sanção prevista neste artigo impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, nos termos do § 4º do art. 156 da LLCA.

## **II.4 – Da Declaração de Inidoneidade**

**Artigo 13** - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “*caput*” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave, por aquelas previstas nos incisos II a VII do *caput* do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

**§ 1º** - O prazo a que alude o “*caput*” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º do art. 156 da LLCA.

**§ 2º** - Para os fins do inciso X do “*caput*” do artigo 155 da LLCA, A (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

## **III. DO PROCESSO SANCIONATÓRIO**

**Artigo 14** - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da licitação ou da execução contratual, ao dirigente da Unidade responsável pelo certame ou contrato, a que estiver vinculado.

**Parágrafo único** - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.



**Artigo 15** - Configurada a hipótese de aplicação das sanções de advertência ou multa, os responsáveis, uma vez instaurado o processo sancionatório, serão intimados para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da comunicação, cabendo ao Dirigente da Unidade licitante ou contratante decidir sobre o sancionamento.

**Parágrafo único** - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constatada, para oportuna decisão conjunta.

**Artigo 16** - Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, indicados pelo Chefe de Gabinete, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**§ 1º** - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**§ 2º** - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**§ 3º** - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

**§ 4º** - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à Chefia de Gabinete para fins de avaliação do seu processamento.

**§ 5º** - Após a avaliação do processamento pela Chefia de Gabinete, os autos serão remetidos à análise jurídica, nos termos do § 6º do art. 156 da LCCA.

**Artigo 17** - Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta resolução será encaminhado à Chefia de Gabinete, a quem compete aplicar a sanção, nos termos da Resolução SS nº 98/2004, ou outra que venha a substituí-la.

**Artigo 18** - Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta Resolução será encaminhado ao Secretário da Pasta, autoridade

de competente para aplicação da referida sanção, nos termos do inciso I do § 6º do art. 156 da LLCA.

**Artigo 19** - Da decisão da autoridade que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação, nos termos do art. 166 da LLCA.

**§ 1º** - O recurso de que trata o “caput” deste artigo será dirigido à autoridade sancionadora, que deverá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis decidir se mantém ou reconsidera a decisão recorrida.

**§ 2º** - Caso a autoridade sancionadora decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso à instância superior, que decidirá sobre as condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do § único do art. 166 da LLCA.

**Artigo 20** - Da decisão da autoridade que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado de seu protocolo.

**Artigo 21** - A imposição das sanções previstas na presente resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado à Administração.

**Artigo 22** - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

**Artigo 23** - A intimação dos atos no processo sancionatório será feita mediante expedição de ofício ao(s) responsável(eis) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Serviços ou de Compras, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico n eles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

**§ 1º** - Resultando infrutífera a intimação a que se refere o “caput” deste artigo, será efetuada por meio do Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE, por 3 (três) vezes consecutivas.

**§ 2º** - Nos processos eletrônicos instaurados nesta Administração, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

**Artigo 24** - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa aplicada, não ocorrendo a quitação pelo sancionado, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

**Artigo 25** - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 158 da LLCA.

**Artigo 26** - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei, nos termos do art. 159 da LLCA.

**Artigo 27** - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, neste caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Artigo 28** - Independentemente da instauração de processo sancionatório, caso constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, a autoridade competente da Unidade/Coordenadoria poderá determinar, **quando a medida se revelar de interesse público**, a suspensão da execução do contrato, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, desde que avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da LLCA.

**Artigo 29** - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

**Artigo 30** - Encerrada a instância administrativa, as sanções aplicadas deverão ser registradas na Relação de Apenados do TCESP, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

**Artigo 31** - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**Parágrafo Único** - A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

#### IV. DISPOSIÇÕES FINAIS

**Artigo 32** - A presente resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes.

**Artigo 33** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei federal nº 14.133/2021.

## **Anexo III - Planilha de Proposta.pdf**

## MODELO DE PLANILHA PROPOSTA

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	MARCA/ FABRICANTE	UNID	QTD	VALOR UNITARIO	TOTAL
01	Acolhimento Inicial – papel sulfite A4, branco gramatura 75, frente/verso – impressão 1x1, com 02 furos – CAPS II, <b>Blocos com 50 folhas</b>	18422		Unidade	10		
02	Cartão de Medicação – papel cartão – <b>cor amarela</b> – Gramatura 240 – med. Aprox. 15 cm larg. x 10,5 cm alt. – frente/verso - Impressão 1x1	18422		Unidade	2500		
03	Cartão de Medicação – papel cartão – <b>cor rosa clara</b> – Gramatura 240 – med. Aprox. 15 cm larg.x10,5 cm alt. - frente/verso – impressão 1x1	18422		Unidade	3000		
04	Cartilha “Conhecendo seu medicamento” - papel couchet brilhante 120 gr, med. 105mmx 148,5 mm, tiragem: grampeada ( <b>14 pág. + capa/contracapa</b> ), impressão 4x4	18422		Unidade	300		
05	Censo diário – frente e verso – sulfite A4 – branco – Gramatura 75 – com 02 furos – <b>Blocos com 50 folhas</b>	18422		Unidade	20		
06	Cuidados de Enfermagem ao Paciente Contido/Acamado – frente e verso – sulfite A4 – branco – Gramatura 75 – com 02 furos – <b>Bloco com 50 folhas</b>	18422		Unidade	10		
07	Declaração de comparecimento – <b>CAPS AD</b> – sulfite – branco – gramatura 75 med. Aprox. 15,5 larg. x 21 alt (cm) – Impressão 1x0, <b>Bloco com 50 folhas</b>	18422		Unidade	10		
08	Envelope Ofício, <b>cor branco</b> , med. Aprox. 23 larg. x 11,5 alt. (cm) Timbrado, gramatura 80, Impressão 1x0	18422		Unidade	1000		
09	Envelope tipo saco, kraft natural – <b>GRANDE</b> – med. Aprox. 45 larg x 30 alt. (cm)- timbrado - gramatura 90. Impressão1x0	18422		Unidade	200		
10	Envelope tipo saco, Kraft natural – <b>PEQUENO</b> – Med. Aprox. 28 larg. x 20 alt. (cm) – gramatura 90 – Impressão 1x0	18422		Unidade	300		
11	Escala Diária – sulfite A4 – branco – gramatura 75 – frente/verso – Impressão 1x1 – com 02 furos, <b>Bloco com 50 folhas</b>	18422		Unidade	40		

<b>12</b>	Evolução Clínica - papel sulfite A4 - branco – gramatura 75, com 02 furos, frente e verso. Impressão 1x1, <b>Bloco com 100 folhas</b>	18422			250		
<b>13</b>	Exame Físico - frente/verso- sulfite A4 - branco – Gramatura 75 - com 2 furos. <b>Bloco com 50 folhas</b>	18422			35		
<b>14</b>	Ficha de prateleira – papel cartão – <b>cor amarelo</b> – gramatura 180 – med. Aprox. 12 larg. x 20,5 alt. (cm) – frente/verso – Impressão 1x1	18422			200		
<b>15</b>	Ficha de Serviço - SADT – sulfite - branco - gramatura 90 - med. Aprox. 21 larg. x 11alt. (cm). <b>Bloco com 100 folhas</b>	18422			60		
<b>16</b>	Ficha de Usuário – Papel Cartão - cor verde - gramatura 180 - med. aprox. 16 larg. x 12 alt. (cm) – CAPS II.	18422			100		
<b>17</b>	Notificação de Receita – sulfite – cor azul – com números sequenciais – bloco picotado – med. Aprox. 24 larg. x 7,5 alt. (cm) impressão 1x0, <b>Bloco com 50 folhas</b>	18422			40		
<b>18</b>	Pedido de exame de sangue (com código) – sulfite A4 branco – gramatura 75 – com 2 furos – Impressão 1x0, <b>Bloco com 50 folhas</b>	18422			80		
<b>19</b>	Prescrição de Enfermagem – Interagir (3 dias) – sulfite A4 - <b>branco</b> – gramaturas 75 – frente/verso – com 2 furos - Impressão 1x1, <b>Bloco com 50 folhas</b>	18422			100		
<b>20</b>	Prescrição Médica – CAPS II - sulfite A4 - branco - gramatura 75 - branco – frente/verso – com 2 furos. <b>Bloco com 50 folhas</b>	18422			50		
<b>21</b>	Projeto Terapêutico Singular (PTS) – <b>CAPS II</b> – sulfite A4 – branco – Gramatura 75 – frente e verso – 02 furos, <b>Bloco com 50 folhas</b>	18422			15		
<b>22</b>	PTS - Plano Global de Admissão – sulfite A4 branco – Gramatura 75 – impressão 1x0 – com 02 furos, <b>Bloco com 50 folhas</b>	18422			40		
<b>23</b>	RAAS – “Registro de Ações Ambulatoriais de Saúde” – Sulfite A4 – branco – gramatura 75 – frente/verso – Impressão 1x1, <b>Bloco com 50 folhas</b>	18422			70		
<b>24</b>	Receituário Controle Especial – com 01 via carbonada – med. Aprox. 15,5	18422			50		

	larg. x 18 alt. (cm) - Impressão 1x0, <b>Bloco com 100 folhas</b>						
<b>25</b>	Receituário Médico – sulfite – branco – med. Aprox. 15,5 larg. x 21 alt. (cm) - gramatura 75 – Impressão 1x0, <b>Bloco com 50 folhas</b>	18422			300		
<b>26</b>	Registro de Frequência – frente/verso – papel cartão – branco – gramatura 180 – med. Aprox. 32 larg x 23 alt. (cm) – impressão 1x1	18422			200		
<b>27</b>	Apostilas (Livro de Registro de Enfermagem) com 100 folhas frente e verso ( <b>numeradas de 01 a 100 folhas/não páginas</b> ) – Sulfite A4 – Gramatura 75 – Impressão 1x1, mais capa inicial papel médio gramatura 120 impressão 1x0 (12 masculina e 12 feminina) – com acabamento aspiral e capa plástica	18422			24		
<b>Total</b>							

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

**Conta Banco do Brasil:**

**ATENÇÃO PARA INFORMAR CONTA NO BANCO DO BRASIL CONFORME CONSTA EM TERMO DE REFERENCIA:**

**Forma de Pagamento**

7.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

## DADOS DO PROPONENTE

Nome:

Razão Social:

Endereço Completo:

CNPJ:

Telefone:

E-mail:

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)



## **Anexo IV - Modelo de Declaracao.pdf**

## ANEXO IV

### MODELO DE DECLARAÇÃO

#### MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do fornecedor)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Aviso de Contratação Direta nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o fornecedor:

*a) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;*

*b) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e*

*c) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.*

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

## **Anexo V - Modelo Impressos.pdf**

## MODELOS DOS MATERIAIS A SEREM ENTREGUES

[illegible]

3	Unidade:		Nº			
	Nome:					
	INÍCIO	TÉRMINO	MEDICAMENTO PSIQUIÁTRICO	08h	14h	20h
Data: __ / __ / __ Médico: _____						

INÍCIO	TÉRMINO	MEDICAMENTO CLÍNICO	08h	14h	20h
INÍCIO	TÉRMINO	GOTAS / INJETÁVEIS			

**Conhecendo seu  
Medicamento**

2ª Edição  
Núcleo de Farmácia

**O que você deve saber  
sobre medicamentos...**

Os medicamentos podem recuperar sua saúde e prevenir doenças. Quando tomado de forma incorreta, pode prejudicar sua saúde.

**Cuidado!!!**

Não use medicamentos por conta própria, por indicação de vizinhos, amigos, parentes e balconista de farmácia.

**Todo medicamento pode causar efeitos indesejáveis ao organismo!**

**1ª  
Dica de cuidado  
com seus medicamentos...**

Proteja os seus medicamentos da luz, da umidade e do calor. O banheiro, a cozinha e o carro **NÃO** são locais adequados para guardá-los.

**2ª  
Dica de cuidado  
com seus medicamentos...**

Não parta ou dissolva, sem confirmar com seu médico ou farmacêutico se pode.

**3ª  
Dica de cuidado  
com seus medicamentos...**

Mantenha seus medicamentos fora do alcance de crianças e animais domésticos.

**4ª  
Dica de cuidado  
com seus medicamentos...**

Verifique na embalagem de seu medicamento, a data de validade.

**Não tome medicamentos vencidos!**

5ª  
**Dica de cuidado  
com seus medicamentos...**



Para obter os resultados esperados dos medicamentos, é importante tomar no horário correto, na dose recomendada e cumprir o período de uso determinado pelo médico.

7

6ª  
**Dica de cuidado  
com seus medicamentos...**



Tomar o medicamento com **bastante água**.

8

**ATENÇÃO**  
**Ao tomar seus medicamentos...**



**Nunca tome seu medicamentos com bebida alcoólica.**

Evite tomar junto com leite, refrigerante, chás ou outras bebidas quentes.

9

**ATENÇÃO**  
**Ao tomar seus medicamentos...**



Se em jejum, o medicamento deve ser ingerido com o estômago vazio, tome pelo menos 30 minutos antes ou duas horas após a refeição.

10

**IMPORTANTE!**



**Esqueceu-se de tomar o medicamento?**

- No caso de medicamento de uma dose ao dia: tome assim que perceber que se esqueceu de tomar;
- No caso de medicamento com mais de uma dose ao dia: tome somente no próximo horário.

**NUNCA TOME DUAS DOSES DE UMA SÓ VEZ**

11

**ATENÇÃO**  
**Ao tomar seus medicamentos...**



Se em jejum, o medicamento deve ser ingerido com o estômago vazio, tome pelo menos 30 minutos antes ou duas horas após a refeição.

12

**LEMBRE-SE**



Tenha sempre uma lista com os medicamentos que está utilizando. É importante para seu médico e para se orientar com o farmacêutico.

13

**Sua saúde está em suas mãos!**



14

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SES  
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE - CSS

**PROFESSOR CANTÍDIO  
BOTUCATU SP**

Centro de Atenção Integral à Saúde (Professor Cantídio da Moura Campos)  
Av. José Raulo Siqueira, 500 - Jd. Aeroporto - Botucatu - SP CEP 13.056-851  
Ca Postal 221 - Fone (14) 3811-5700 - Fax (14) 3811-2702  
E-mail: dsa@saude.sp.gov.br - dsa@saude.sp.gov.br



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COORDENADORIA DE SERVIÇO DE SAÚDE  
CAIS "PROFESSOR CANTÍDIO"  
Unidade de Internação "Interagê"

CENSO DIÁRIO

☐ Unidade de Internação Feminina ☐ Unidade de Internação Masculina

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

EVASÕES

	NOME DO PACIENTE
01	
02	
03	
04	

TRANSFERÊNCIAS

	NOME DO PACIENTE
01	
02	
03	
04	

OBITOS:

	NOME DO PACIENTE
01	
02	
03	
04	

OBSERVAÇÕES:

01	
02	
03	
04	

QUADRO DE MOVIMENTO

INTERNAÇÕES:	Nº PACIENTE DIA ANTERIOR:
ALTAS:	ADMITIDOS NO DIA:
EVASÕES:	SUBTOTAL:
TRANSFERÊNCIAS:	SÁIDAS DO DIA:
OBITOS:	TOTAL DE PACIENTES:
ALTA A PEDIDO:	TOTAL DE LEITOS VAGOS:

Responsável pelo Censo: \_\_\_\_\_

CAIS "PROFESSOR CANTÍDIO DE MOURA CAMPOS"  
Av. José Italo Bacchi, S/Nº CEP: 18.000-851 (Botucatu, SP) Fone: (14) 3811-2779/(2783)e-mail: [cantidio-interag@saude.sp.gov.br](mailto:cantidio-interag@saude.sp.gov.br)



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COORDENADORIA DE SERVIÇO DE SAÚDE  
CAIS "PROFESSOR CANTÍDIO"  
Unidade de Internação "Interagê"

☐ Unidade de Internação Feminina ☐ Unidade de Internação Masculina

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

INTERNAÇÕES:

	NOME DO PACIENTE
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	

ALTAS:

	NOME DO PACIENTE
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	

CAIS "PROFESSOR CANTÍDIO DE MOURA CAMPOS"  
Av. José Italo Bacchi, S/Nº CEP: 18.000-851 (Botucatu, SP) Fone: (14) 3811-2779/(2783)e-mail: [cantidio-interag@saude.sp.gov.br](mailto:cantidio-interag@saude.sp.gov.br)



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COORDENADORIA DE SERVIÇO DE SAÚDE  
CAIS "PROFESSOR CANTÍDIO"  
Unidade de Internação "Interagê"  
**CAIS "PROFESSOR CANTÍDIO DE MOURA CAMPOS"**  
Cuidados de Enfermagem ao Paciente Contido/Acamado

Nome do Paciente: _____		Matrícula: _____		Data: _____									
OBSERVAÇÃO DE PACIENTE (S) CONTIDO/A CAMADO (S)		Diário: _____		_____									
HORAS	Condições da Contenção	Alimentação	Hidratação	Higiênização	Diurese e Evacuação	Consciência e Comportamento	Queixas	Hora	P.A.	F.C.	F.R.	Eventos Adversos	Assinatura e carimbo do servidor
07:00													
08:00													
09:00													
10:00													
11:00													
12:00													
13:00													
14:00													
15:00													
16:00													
17:00													
18:00													
19:00													
Descrição do paciente no momento da contenção:		Condições da Contenção:											
		Enfermeiro Responsável											

CAIS "PROFESSOR CANTÍDIO DE MOURA CAMPOS"  
Av. José Italo Bacchi, S/Nº CEP: 18.000-851 (Botucatu, SP) Fone: (14) 3811-2779/(2783)e-mail: [cantidio-interag@saude.sp.gov.br](mailto:cantidio-interag@saude.sp.gov.br)



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COORDENADORIA DE SERVIÇO DE SAÚDE  
CAIS "PROFESSOR CANTÍDIO"  
Unidade de Internação "Interagê"  
**CAIS "PROFESSOR CANTÍDIO DE MOURA CAMPOS"**  
Cuidados de Enfermagem ao Paciente Contido/Acamado

Nome do Paciente: _____		Matrícula: _____		Data: _____									
OBSERVAÇÃO DE PACIENTE (S) CONTIDO/A CAMADO (S)		Noturno: _____		_____									
HORAS	Condições da Contenção	Alimentação	Hidratação	Higiênização	Diurese e Evacuação	Consciência e Comportamento	Queixas	Hora	P.A.	F.C.	F.R.	Eventos Adversos	Assinatura e carimbo do servidor
19:00													
20:00													
21:00													
22:00													
23:00													
00:00													
01:00													
02:00													
03:00													
04:00													
05:00													
06:00													
07:00													
Descrição do paciente no momento da contenção:		Condições da Contenção:											
		Enfermeiro Responsável											

CAIS "PROFESSOR CANTÍDIO DE MOURA CAMPOS"  
Av. José Italo Bacchi, S/Nº CEP: 18.000-851 (Botucatu, SP) Fone: (14) 3811-2779/(2783)e-mail: [cantidio-interag@saude.sp.gov.br](mailto:cantidio-interag@saude.sp.gov.br)

DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO

Declaro para os devidos fins que, \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, compareceu a este serviço no dia de hoje, no período

das \_\_\_\_\_ às \_\_\_\_\_ para:

- ☐ Consulta  
☐ Acompanhar o(a) sr.(a) \_\_\_\_\_  
☐ Atividade Terapêutica \_\_\_\_\_ sendo que:  
☐ Poderá voltar ao trabalho  
☐ Deverá permanecer afastado por \_\_\_\_\_ dias, a partir de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

CID: \_\_\_\_\_

Botucatu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Carimbo do Profissional



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE



10



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

11



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE  
CAIS "PROFESSOR CANTÍDIO"  
Unidade de Internação "Interagir"

Escala Diária: Unidade de Internação Interagir – Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Atribuições

Profissional:

MANHÃ

TARDE

NOITE

1- Medicação/ HGT/ Ordem na sala de medicação/ Relatório, Censo (N)			
2- Verificar SSV/ Atendimento Médico/ Realizar checklist			
3- Higiene do paciente (Banho/ Limpeza e corte de unhas, etc)			
4- Ordem na Copa/ placas de identificação dos leitos/ coleta de exame/ identificação dos impressos e o exame (T)/ curativo			
5- Limpeza concorrente nos leitos/ Retirar Hampers			
6- Supervisionar pacientes nas atividades terapêuticas (salão de beleza, grupos, etc)			
7- Acompanhar/supervisionar pacientes na caminhada			
8- Encaminhamentos para serviços externos (dentista, UNESP, etc)			
9- Organizar refatório/ ofertar e supervisionar refeições			
10- Supervisão dos pacientes nas áreas internas (circulação nos corredores)			
11- Checar carrinho de emergência quinzenal (T)			
12- Supervisão de pacientes na sala de higiene/ higiene oral/ limpeza semanal dos Kits de higiene (N)			
	Enfermeiro:	Enfermeiro:	Enfermeiro:

**EQUIPE DO NOTURNO: Supervisão dos pacientes nas áreas externas e internas da enfermaria.**

**(Facultativo o horário de descanso)**

Horário de Descanso da equipe de enfermagem

\_\_\_\_ - 00:00-02:00

\_\_\_\_ - 02:00-04:00

\_\_\_\_ - 04:00-06:00

CAIS "PROFESSOR CANTÍDIO DE MOURA CAMPOS"

Av. José Bato Bacchi, 5/Nº, CEP: 18.606-851 (Botucatu, SP) Fone: (14) 3811-2779/2783; e-mail: [cantidio-interagir@saude.sp.gov.br](mailto:cantidio-interagir@saude.sp.gov.br)

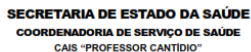


SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE  
CAIS "PROFESSOR CANTÍDIO"  
Unidade de Internação "Interagir"

Referência para Supervisão e acolhimento	Paciente	Supervisão e cuidados ao paciente na Intercorrência
Manhã		07:00
		08:00
		09:00
		10:00
		11:00
		12:00
Tarde		13:00
		14:00
		15:00
		16:00
		17:00
		18:00
Noite		19:00
		20:00
		21:00
		22:00
		23:00
		00:00
		01:00
		02:00
		03:00
		04:00
		05:00
		06:00
		07:00

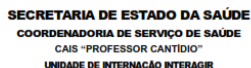
CAIS "PROFESSOR CANTÍDIO DE MOURA CAMPOS"

Av. José Bato Bacchi, 5/Nº, CEP: 18.606-851 (Botucatu, SP) Fone: (14) 3811-2779/2783; e-mail: [cantidio-interagir@saude.sp.gov.br](mailto:cantidio-interagir@saude.sp.gov.br)

[illegible]

**CAIS "PROFESSOR CANTÍDIO DE MOURA CAMPOS"**  
Av. José Ítalo Bacchi, S/Nº CEP:18.606-851|Botucatu, SP| Fone:(14) 3811-2733/2746|e-mail: [cantidio@saude.sp.gov.br](mailto:cantidio@saude.sp.gov.br)

## Frente e Verso iguais



Data do Exame: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_

P.A.: \_\_\_\_\_ FC: \_\_\_\_\_ FR: \_\_\_\_\_ T: \_\_\_\_\_ Peso: \_\_\_\_\_ Altura: \_\_\_\_\_

**Estado Nutricional:**  
( ) Normal ( ) Obeso ( ) Relato de perda ponderal

**Nível de Consciência:**  
( ) Consciente ( ) Inconsciente ( ) Desorientado ( ) Letárgico ( ) Comatoso

**Marcha**  
( ) Diâmbula sem auxílio ( ) Diâmbula com auxílio ( ) Acamado

Especificar alterações: \_\_\_\_\_

**Pele e Tecidos:**  
( ) Sem alterações ( ) Edemaciada ( ) Cianótica ( ) Ictérica ( ) Erupções Cutâneas  
( ) Equimoses ( ) Escaras

Especificar alterações: \_\_\_\_\_

**Couro Cabeludo: apresenta alterações?**  
( ) Não ( ) Sim - Quais? \_\_\_\_\_

**Olhos:**  
( ) Normal, acuidade visual preservada ( ) Diminuição da acuidade visual  
( ) Uso de lente de contato ou óculos

Especificar alterações: \_\_\_\_\_

**Nariz:**  
( ) Normal (sem secreções, sem congestão, prurido, epistaxe)

Especificar alterações: \_\_\_\_\_

**Orelhas:**  
( ) Normal (sem secreções, sem lesões, sem dores, acuidade auditiva preservada)  
( ) Uso de prótese auditiva

Especificar alterações: \_\_\_\_\_

**Cavidade Oral:**  
( ) Normal (higiene, sem lesões)  
( ) Uso de prótese dentária ( ) Superior ( ) Inferior

Especificar alterações: \_\_\_\_\_

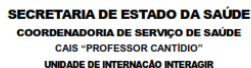
**Pescoço:**  
( ) Normal (sem gânglios palpáveis, movimento livre)

Especificar alterações: \_\_\_\_\_

**Membros Superiores:**  
( ) Normal (integridade, rede venosa, ausência de manchas, micoses, escabiose)  
( ) presença de A.V.P. em \_\_\_\_\_

Especificar alterações: \_\_\_\_\_

**CAIS "PROFESSOR CANTÍDIO DE MOURA CAMPOS"**  
Av. José Ítalo Bacchi, S/Nº CEP: 18.606-851 (Botucatu, SP) Fone: (14) 3811-2779/2785 e-mail: [cantidio-inter@saude.sp.gov.br](mailto:cantidio-inter@saude.sp.gov.br)



**Exame Cutâneo: Dermatite**

- ☐ Sem alterações
- ☐ Lesões
- ☐ Pruridos
- ☐ Abaulamentos
- ☐ Retrações

Especificar alterações: \_\_\_\_\_

---

**Ausculta Cardíaca:**

- ☐ Ritmica
- ☐ Arritmica

\_\_\_\_\_

---

**Ausculta Pulmonar:**

- ☐ Murmúrios vesiculares sem R.A.
- ☐ Murmúrios vesiculares diminuídos
- ☐ Roncos
- ☐ Estertores
- ☐ Sibilos

\_\_\_\_\_

---

**Abdômen**

- ☐ Plano
- ☐ Ruidos hidroaérios presentes
- ☐ Ruidos hidroaéreos ausentes
- ☐ Alterações (tensão, dor ao palpação, etc)

Especificar alterações: \_\_\_\_\_

---

**Genitúrio:**

- ☐ Sem alterações anatómicas
- ☐ Micção espontânea
- ☐ SVD

Especificar alterações: \_\_\_\_\_

---

**Membros Inferiores:**


- ☐ Normal (integridade, rede venosa, ausência de manchas, micose, escabiose)

Especificar alterações: \_\_\_\_\_

Enfermeiro Responsável  
COREN/SP

**CAIS "PROFESSOR CANTIDIO DE MOURA CAMPOS"**  
Av. José Ítalo Bacchi, S/Nº | CEP: 18.606-851 | Botucatu, SP | Fone: (14) 3811-2779/2785 | e-mail: [cantidio-interagir@saude.sp.gov.br](mailto:cantidio-interagir@saude.sp.gov.br)

[illegible][illegible]



## FICHA DE REQUISIÇÃO DE SERVIÇOS AUXILIARES DE DIAGNÓSTICOS E TERAPIA (SADT)

### SUS - SP

---

UBS: \_\_\_\_\_

Código: \_\_\_\_\_

Protocolo: \_\_\_\_\_

Paciente: \_\_\_\_\_

Matrícula: \_\_\_\_\_

Data Nasc. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Diagnóstico Clínico: \_\_\_\_\_

Med. Uso: \_\_\_\_\_

Procedimento: \_\_\_\_\_

1- \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_

3- \_\_\_\_\_

4- \_\_\_\_\_

5- \_\_\_\_\_

6- \_\_\_\_\_

Gestante: ☐

Amostra: ☐

Sexo: ☐

Solicitante: \_\_\_\_\_

CRM/CRO: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Unidade que realizará o SADT: \_\_\_\_\_

Secretaria de Estado da Saúde Coordenadoria de Serviços de Saúde CAIS Professor Cantídio de Moura Campos <b>Centro de Atenção Psicossocial II - ESPAÇO VIVO</b> Botucatu - SP		<b>FICHA DE USUÁRIO</b> Data _____/_____/_____ Prontuário _____/_____/_____	
Nome: _____			
Sexo	Raça	Estado Civil	Religião
Profissão		Estado	
Data Nasc.: ____/____/____		Local Nasc.: _____	
RG	Expedição ____/____/____	CPF	Escolaridade
Benefício		Cenário SUS	
Filiação (Pai)			
(Mãe)			
Endereço			Bairro
Cidade	CEP	Fone(____) _____	
Responsável		Fone (____) _____	
Observações			

17

16

SÉRIE 002/GVS

DATA: \_\_\_\_\_

PACIENTE: \_\_\_\_\_

MEDICAMENTO: \_\_\_\_\_

NOTIFICAÇÃO DE RECEITA

NÚMERO 16

SÉRIE 002/GVS

de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Paciente: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

ASSINATURA

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Identidade Nº: \_\_\_\_\_

Órgão Emissor: \_\_\_\_\_

Dados da Gráfica

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Coordenadoria de Serviços de Saúde

CAIS Professor Cantídio

Av. José Ítalo Bacchi, s/nº - Botucatu - SP

MEDICAMENTO OU SUBSTÂNCIA

QUANTIDADE E FORMA FARMACÊUTICA

DOSE POR UNIDADE POSOLÓGICA

POSOLOGIA


IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

Nome do Vendedor \_\_\_\_\_

DATA \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

PREENCHIMENTO RESERVADO À FARMÁCIA

18



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE  
CAIS "PROFESSOR CANTÍDIO DE MOURA CAMPOS"  
AV. JOSÉ ÍTALO BACCHI, S/Nº - BOTUCATU - SP  
FONE (14) 3613-2733/2734/2767  
e-mail: [cais@saude.sp.gov.br](mailto:cais@saude.sp.gov.br)

Paciente: \_\_\_\_\_ Matricula: \_\_\_\_\_  
Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Sexo: ☐ RG UNESP: \_\_\_\_\_  
MÉDICO/CRM: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PEDIDO DE EXAME

HEMATOLÓGICOS (tubo rose)

☐ Hemograma 531 ☐ VHS 554 ☐ HMG (URGÊNCIA) 6300 ☐ VHS (URGÊNCIA) 6305

BIOQUÍMICOS (tubo amarelo)

☐ Ácido Úrico 101 ☐ Triclicóides 122 ☐ Cálcio (Ca) 308 ☐ Alta Glic 506

☐ TGO 103 ☐ Magnésio 125 ☐ CPK 310 ☐ HD Glicada 6306 (b. 1203)

☐ TGP 104 ☐ Troponina-I 150 ☐ CKMB 311 ☐ Dímero D 6311

☐ Proteínas Séricas 105 ☐ Sódio (Na) 301 ☐ Biliúrubinas 312 ☐ Amilase 127

☐ Fosfatase Alcalina 106 ☐ Potássio (K) 302 ☐ Ferro Sérico 314 ☐

☐ Gama GT 107 ☐ Lítio 303 ☐ HDL 401 ☐

☐ Glicemia 110 ☐ Ureia 305 ☐ PCR 502 ☐

☐ Colesterol 121 ☐ Creatinina 306 ☐ Látex 503 ☐

ENDÓCRINO (tubo amarelo)

☐ TSH 3130 ☐ Anti-Tireoglobulina 3171 ☐ Cortisol 3040 ☐ Progesterona 3110 ☐ Insulina B 3150

☐ T4L 3140 ☐ Teste Gravidez Sangue 5110 ☐ Estrógeno 3080 ☐ Progesterona 3110 ☐ Anti-Tipo-AB 3025

☐ LH 3090 ☐ Teste Gravidez Urina 7502 ☐ FSH basal 3070 ☐ Testosterona 3121 ☐

SOROLÓGICOS (tubo amarelo)

☐ Hep A IgG 5144 ☐ Hep B ag HBS 5102 ☐ Hep B anti HBS 5107 ☐ Hep C anti HVC 5108

☐ Hep A IgM 5101 ☐ Hep B ag HBS 5104 ☐ Hep. B ag HBS 5141 ☐ Sífilis

☐ ASLO 5117 ☐ Carbamazepina 5135 ☐ Feniltina 5206 ☐ PISA 5114

☐ Toxoplasmose 5332 ☐ Alpha Fetoproteína 5109 ☐ HIV 5325 ☐ Vitamina D 5157

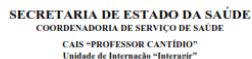
HEMOSTASIA (tubo azul)

☐ TPFA 549 ☐ TAP 550 ☐

☐ Urina I 7501 ☐ Urocultura 4020 ☐ Urina 24h 1501/1301 - Frasco Urina e 01 Tubo Bioquímico

OUTROS

☐ ABO+RH 553 (tubo seco) ☐ CEA 5111 ☐ CA 125 5115 ☐ FAN 6301



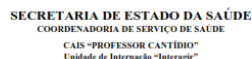
### PRESCRIÇÃO DE ENFERMAGEM

Unidade:

Elaboração: Comissão SAE - 2006      Revisão: 2014      Revisão: 2013      Referência: RAN-DA

**CAIS "PROFESSOR CANDÍDIO DE MOURA CAMPOS"**  
 Av. José Italo Bacchi, S/Nº | CEP: 18.600-051 | Botucatu, SP | Fone: (14) 3811-2779/2785 | e-mail: [candidio-interagir@saude.sp.gov.br](mailto:candidio-interagir@saude.sp.gov.br)

19



CAIS "PROFESSOR CANTÍDIO DE MOURA CAMPOS"  
Av. José Italo Bacchi, S/Nº | CEP: 18.606-851 | Botucatu, SP | Fone: (14) 3811-2779/2785 | e-mail: [cantidio-interagir@saude.sp.gov.br](mailto:cantidio-interagir@saude.sp.gov.br)

20




### PRESCRIÇÃO MÉDICA

NOME DO PACIENTE: \_\_\_\_\_ MATRÍCULA: \_\_\_\_\_

[illegible][illegible]



	<b>RAAS - Registro das Ações Ambulatoriais de Saúde</b> <b>Formulário de Atenção Psicossocial no CAPS</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE</b>	
NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE: _____ CNES: _____	
<b>IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO DO SUS</b>	
Nº DO PRECATÓRIO: _____ ASSINATURA DO USUÁRIO DO SUS: _____	
CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS): _____	SEXO: <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F DATA DE NASCIMENTO: _____ NACIONALIDADE: _____
RAÇA/COR: _____ ETNIA RESIDENTE: _____	NOME DA MÃE: _____
NOME DO RESPONSÁVEL: _____ MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA: _____ UF: _____	
CDD: BONE MUNICÍPIO: _____ CEP DE RESIDÊNCIA: _____	ENDEREÇO RUA, NUMERO: _____
COMPLEMENTO: _____	
<b>DADOS DO ATENDIMENTO</b>	
DATA DE ADMISSÃO: _____	NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO: _____
(Qualquer de Admitido ou Outros Origens)	
<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	Envia sem preenchimento em uma única avaliação: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
ORIGEM DO PACIENTE:	
<input type="checkbox"/> Demanda Externa <input type="checkbox"/> Demanda Interna	<input type="checkbox"/> Serviço de Urgência <input type="checkbox"/> Hospital Dia <input type="checkbox"/> Hospital Psiquiátrico
CID-10 PRINCIPAL: _____ DESCRIÇÃO DO DIAGNÓSTICO PRINCIPAL: _____	
CID-10 CAUSAS ASS: _____ DESCRIÇÃO DO DIAGNÓSTICO - CAUSAS ASSOCIADAS: _____	
EVENTO COBERTURA DE ESTRATÉGIAS SAÚDE PARA O PACIENTE: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO ONES: _____	
ENCAMINHAMENTO:	
<input type="checkbox"/> Continuidade do Acompanhamento em cada CAPS <input type="checkbox"/> Continuidade do Acompanhamento na Atenção Básica <input type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Outro _____	DATA DE CONCLUSÃO: ____/____/____
<b>AÇÕES REALIZADAS</b>	
CÓDIGO DA AÇÃO REALIZADA: _____ SITUAÇÃO: _____ DATA (DIAGNÓSTICO): _____ SERVIÇO: _____ CLASSIFICAÇÃO: _____	
CID DO EXECUTANTE: _____	CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE DO PROFISSIONAL EXECUTANTE: _____
CÓDIGO DA AÇÃO REALIZADA: _____ SITUAÇÃO: _____ DATA (DIAGNÓSTICO): _____ SERVIÇO: _____ CLASSIFICAÇÃO: _____	
CID DO EXECUTANTE: _____	CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE DO PROFISSIONAL EXECUTANTE: _____
CÓDIGO DA AÇÃO REALIZADA: _____ SITUAÇÃO: _____ DATA (DIAGNÓSTICO): _____ SERVIÇO: _____ CLASSIFICAÇÃO: _____	
CID DO EXECUTANTE: _____	CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE DO PROFISSIONAL EXECUTANTE: _____
CÓDIGO DA AÇÃO REALIZADA: _____ SITUAÇÃO: _____ DATA (DIAGNÓSTICO): _____ SERVIÇO: _____ CLASSIFICAÇÃO: _____	
CID DO EXECUTANTE: _____	CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE DO PROFISSIONAL EXECUTANTE: _____
CÓDIGO DA AÇÃO REALIZADA: _____ SITUAÇÃO: _____ DATA (DIAGNÓSTICO): _____ SERVIÇO: _____ CLASSIFICAÇÃO: _____	
CID DO EXECUTANTE: _____	CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE DO PROFISSIONAL EXECUTANTE: _____
CÓDIGO DA AÇÃO REALIZADA: _____ SITUAÇÃO: _____ DATA (DIAGNÓSTICO): _____ SERVIÇO: _____ CLASSIFICAÇÃO: _____	
CID DO EXECUTANTE: _____	CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE DO PROFISSIONAL EXECUTANTE: _____
CÓDIGO DA AÇÃO REALIZADA: _____ SITUAÇÃO: _____ DATA (DIAGNÓSTICO): _____ SERVIÇO: _____ CLASSIFICAÇÃO: _____	
CID DO EXECUTANTE: _____	CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE DO PROFISSIONAL EXECUTANTE: _____

Ministério da Saúde						RAAS - Registro das Ações Ambulatoriais de Saúde Formulário de Atenção Psicossocial no CAPS	
AÇÕES REALIZADAS							
CÓDIGO DA AÇÃO REALIZADA _____				QTR _____	DATA (DD/MM) _____	SERVIÇO _____	CLASSIFICAÇÃO _____
CBO DO EXECUTANTE _____	CENTRO NACIONAL DE SAÚDE DO PROFISSIONAL EXECUTANTE _____					<input type="checkbox"/> Não realizado no CAPS	<input type="checkbox"/> Não realizado no Território
CÓDIGO DA AÇÃO REALIZADA _____				QTR _____	DATA (DD/MM) _____	SERVIÇO _____	CLASSIFICAÇÃO _____
CBO DO EXECUTANTE _____	CENTRO NACIONAL DE SAÚDE DO PROFISSIONAL EXECUTANTE _____					<input type="checkbox"/> Não realizado no CAPS	<input type="checkbox"/> Não realizado no Território
CÓDIGO DA AÇÃO REALIZADA _____				QTR _____	DATA (DD/MM) _____	SERVIÇO _____	CLASSIFICAÇÃO _____
CBO DO EXECUTANTE _____	CENTRO NACIONAL DE SAÚDE DO PROFISSIONAL EXECUTANTE _____					<input type="checkbox"/> Não realizado no CAPS	<input type="checkbox"/> Não realizado no Território
CÓDIGO DA AÇÃO REALIZADA _____				QTR _____	DATA (DD/MM) _____	SERVIÇO _____	CLASSIFICAÇÃO _____
CBO DO EXECUTANTE _____	CENTRO NACIONAL DE SAÚDE DO PROFISSIONAL EXECUTANTE _____					<input type="checkbox"/> Não realizado no CAPS	<input type="checkbox"/> Não realizado no Território
CÓDIGO DA AÇÃO REALIZADA _____				QTR _____	DATA (DD/MM) _____	SERVIÇO _____	CLASSIFICAÇÃO _____
CBO DO EXECUTANTE _____	CENTRO NACIONAL DE SAÚDE DO PROFISSIONAL EXECUTANTE _____					<input type="checkbox"/> Não realizado no CAPS	<input type="checkbox"/> Não realizado no Território
CÓDIGO DA AÇÃO REALIZADA _____				QTR _____	DATA (DD/MM) _____	SERVIÇO _____	CLASSIFICAÇÃO _____
CBO DO EXECUTANTE _____	CENTRO NACIONAL DE SAÚDE DO PROFISSIONAL EXECUTANTE _____					<input type="checkbox"/> Não realizado no CAPS	<input type="checkbox"/> Não realizado no Território
CÓDIGO DA AÇÃO REALIZADA _____				QTR _____	DATA (DD/MM) _____	SERVIÇO _____	CLASSIFICAÇÃO _____
CBO DO EXECUTANTE _____	CENTRO NACIONAL DE SAÚDE DO PROFISSIONAL EXECUTANTE _____					<input type="checkbox"/> Não realizado no CAPS	<input type="checkbox"/> Não realizado no Território
CÓDIGO DA AÇÃO REALIZADA _____				QTR _____	DATA (DD/MM) _____	SERVIÇO _____	CLASSIFICAÇÃO _____
CBO DO EXECUTANTE _____	CENTRO NACIONAL DE SAÚDE DO PROFISSIONAL EXECUTANTE _____					<input type="checkbox"/> Não realizado no CAPS	<input type="checkbox"/> Não realizado no Território
CÓDIGO DA AÇÃO REALIZADA _____				QTR _____	DATA (DD/MM) _____	SERVIÇO _____	CLASSIFICAÇÃO _____
CBO DO EXECUTANTE _____	CENTRO NACIONAL DE SAÚDE DO PROFISSIONAL EXECUTANTE _____					<input type="checkbox"/> Não realizado no CAPS	<input type="checkbox"/> Não realizado no Território
CÓDIGO DA AÇÃO REALIZADA _____				QTR _____	DATA (DD/MM) _____	SERVIÇO _____	CLASSIFICAÇÃO _____
CBO DO EXECUTANTE _____	CENTRO NACIONAL DE SAÚDE DO PROFISSIONAL EXECUTANTE _____					<input type="checkbox"/> Não realizado no CAPS	<input type="checkbox"/> Não realizado no Território

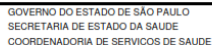
[illegible]

 SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE  
CAIS PROF. CANTIDIO DE MOURA CAMPOS  
AV. JOSÉ ITALO BACCHI, S/N – BOTUCATU – SP  
FONE: (14) 3811-2730  
E-mail: cantidio-st@saude.sp.gov.br

**RECEITUÁRIO**

Núcleo de Gestão Assistencial: \_\_\_\_\_

Nome do paciente: \_\_\_\_\_



RS/PV :

REGISTRO DE FREQUÊNCIA - ANO

1 PUNCT

[illegible]

IMPrensa Oficial do Estado S.A. - IMESP - Modelo Oficial 100

12 OCORRENCIAS/OBSERVAÇÕES

[illegible]

13 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

14 ASSINATURA DO DIRIGENTE

## 15 CONVENCOES

A	Falta Abandonada	ET	Entrada Tarde	LA	Licença Adoleta	N	Nego
AAP	Alastam, Acad. de Polícia	F	Férias	LAT	Licença Acidente de Trab.	NC	Nomeação em Comissão
ATRE	Alastam, junto ao TER	FCIR	Falta Condução/Ingr./Rem.	LC	Licença Computadora	NI	Número de inscrição no DMSCE
APA	Alastamento Procl. Administrativo	FGV	Falta. Curso Adm. públ. Fund. Getúlio Vargas	LF-1	Lic. Família - desc. 1/3	OSM	Obrigação do Serv. Militar
AM	Alastam, mandato Legislativo Est./Fed.	FM	Falta Médica	LF-2	Lic. Família- desc. 2/3	PPP	Prisão (Flagrante/Preventiva)
AS	Alast. Orgão da Educação	FM DAP	Falta. Curso Adm. públ.	LF-3	Lic. Família- c/pendo RSTP	SC	Serviço de Comp. Obrig. por Lei
C	Comprometimento	PV	Folga de Vacinas/TER	LF-4	Lic. Família - sem venc.	SP	Suspensão
CCTS	Certidão Cont. de Tempoo de Serviço	G	Gala	LG	Licença Gestante	SPCM	Suspensão conv. em multa
CRT	Convocação p/ Reunirão/Trainem.	I	Falta Injustificada	LP	Licença Prêmio	TLLA	Tempo liquidado acumulado anterior
DCV	Design. Cargo vago/Subst.	JA	Falta IAMPSE	LS	Licença Saude	TR	Trânsito
DS	Falta Descarga de Serviço	J	Falta Justificada	LS-CLT	Lic. Saude- cides- CLT	V	Viagem à serviço
E	Enternedade (G.I.D.)	JE	Folga Justiça Eleitoral	LSV	Lic. Saude- viciados/OT		



Masculina



**CAIS**  
PROFESSOR CANTÍDIO  
BOTUCATU SP



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE  
CAIS "PROFESSOR CANDIDO DE MOURA CAMPOS"  
AV. JOSÉ ITALO BACCHI, S/N - JD. AEROPORTO  
CEP: 18.606-851 - CNPJ: 46.374.500/0050-72  
BOTUCATU - SP - FONE: (14) 3811-2733  
E-mail: candido-dt@saude.sp.gov.br

[illegible]

27



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE  
CAIS "PROFESSOR CANDIDO DE MOURA CAMPOS"  
AV. JOSÉ ITALO BACCHI, S/N – JD AEROPORTO  
CEP: 18.606-851 – CNPJ: 46.374.500/0050-72  
BOTUCATU – SP – FONE: (14) 3811-2733  
E-mail: [candido@saude.sp.gov.br](mailto:candido@saude.sp.gov.br)

[illegible]

## **Anexo VI - Planilha Orcamentaria.pdf**



**Governo do Estado de São Paulo**  
**Secretaria de Estado da Saúde**  
**C.A.I.S. Prof. Cantidio de Moura Campos - Núcleo Finanças**  
**Suprimento e Gestão de Contrato**

**PLANILHA DE PESQUISA DE PREÇOS**

**Nº do Processo:** 024.00066288/2024-83

**Interessado:** C.A.I.S. Prof. Cantidio de Moura Campos

**Assunto:** Confeccões de Impressos

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNID	QTD	MEDIANA	TOTAL
1	Acolhimento Inicial – papel sulfite A4 – branco gramatura 75, frente/verso – impressão 1x1, com 02 furos – CAPS II	18422	unid.	10	R\$ 25,0000	R\$ 250,0000
2	Cartão de Medicação – papel cartão – <b>cor amarela</b> – Gramatura 240 – med. Aprox. 15 cm larg. x 10,5 cm alt. – frente/verso - Impressão 1x1	18422	unid.	2500	R\$ 0,2150	R\$ 537,5000
3	Cartão de Medicação – papel cartão – <b>cor rosa clara</b> – Gramatura 240 – med. Aprox. 15 cm larg.x10,5 cm alt. - frente/verso – impressão	18422	unid.	3000	R\$ 0,1970	R\$ 591,0000

	1x1					
4	Cartilha “Conhecendo seu medicamento” - papel couchet brilhante 120 gr – med. 105mm x 148,5 mm – tiragem: grampeada (14 pág. + capa/contracapa) – impressão 4x4	18422	unid.	300	R\$ 4,2300	R\$ 1.269,0000
5	Censo diário – frente e verso – sulfite A4 – branco – Gramatura 75 – com 02 furos – Interagir	18422	unid.	20	R\$ 17,5000	R\$ 350,0000
6	Cuidados de Enfermagem ao Paciente Contido/Acamado – frente e verso – sulfite A4 – branco – Gramatura 75 – com 02 furos – Interagir	18422	unid.	10	R\$ 25,0000	R\$ 250,0000
7	Declaração de comparecimento – <b>CAPS AD</b> – sulfite – branco – gramatura 75 med. Aprox. 15,5 larg. x 21 alt (cm) – Impressão 1x0	18422	unid.	10	R\$ 20,0000	R\$ 200,0000
8	Envelope Ofício – <b>cor branco</b> – med. Aprox. 23 larg. x 11,5 alt. (cm) – Timbrado – gramatura 80 Impressão 1x0	18422	unid.	1000	R\$ 0,4600	R\$ 460,0000
9	Envelope tipo saco, kraft natural – <b>GRANDE</b> – med. Aprox. 45 larg x 30 alt. (cm)- timbrado - gramatura 90. Impressão 1x0	18422	unid.	200	R\$ 3,1500	R\$ 630,0000
10	Envelope tipo saco, Kraft natural – <b>PEQUENO</b> – Med. Aprox. 28 larg. x 20 alt. (cm) – gramatura 90 – Impressão 1x0	18422	unid.	300	R\$ 1,4500	R\$ 435,0000
11	Escala Diária – sulfite A4 – branco – gramatura 75 – frente/verso – Impressão 1x1 – com 02 furos	18422	unid.	40	R\$ 12,0000	R\$ 480,0000

12	Evolução Clínica - papel sulfite A4 - branco - gramatura 75, com 02 furos, frente e verso. Impressão 1x1	18422	unid.	250	R\$ 13,4000	R\$ 3.350,0000
13	Exame Físico - frente/verso-sulfite A4 - branco - Gramatura 75 - com 2 furos.	18422	unid.	35	R\$ 10,0000	R\$ 350,0000
14	Ficha de prateleira - papel cartão - <b>cor amarelo</b> - gramatura 180 - med. Aprox. 12 larg. x 20,5 alt. (cm) - frente/verso - Impressão 1x1	18422	unid.	200	R\$ 1,0000	R\$ 200,0000
15	Ficha de Serviço - SADT - sulfite - branco - gramatura 90 - med. Aprox. 21 larg. x 11alt. (cm).	18422	unid.	60	R\$ 10,5400	R\$ 632,4000
16	Ficha de Usuário - Papel Cartão - cor verde - gramatura 180 - med. aprox. 16 larg. x 12 alt. (cm) - CAPS II.	18422	unid.	100	R\$ 1,6200	R\$ 162,0000
17	Notificação de Receita - sulfite - cor azul - com números sequenciais - bloco picotado - med. Aprox. 24 larg. x 7,5 alt. (cm) impressão 1x0	18422	unid.	40	R\$ 8,6800	R\$ 347,2000
18	Pedido de exame de sangue (com código) - sulfite A4 branco - gramatura 75 - com 2 furos - Impressão 1x0	18422	unid.	80	R\$ 9,5000	R\$ 760,0000
19	Prescrição de Enfermagem - Interagir (3 dias) - sulfite A4 - <b>branco</b> - gramaturas 75 - frente/verso - com 2 furos - Impressão 1x1	18422	unid.	100	R\$ 8,7000	R\$ 870,0000
20	Prescrição Médica - CAPS II - sulfite A4 - branco - gramatura 75 - branco -	18422	unid.	50	R\$ 11,4000	R\$ 570,0000

	frente/verso – com 2 furos.					
21	Projeto Terapêutico Singular (PTS) – <b>CAPS II</b> – sulfite A4 – branco – Gramatura 75 – frente e verso – 02 furos	18422	unid.	15	R\$ 18,0000	R\$ 270,0000
22	PTS - Plano Global de Admissão – <b>INTERAGIR</b> – sulfite A4 branco – Gramatura 75 – impressão 1x0 – com 02 furos	18422	unid.	40	R\$ 12,0000	R\$ 480,0000
23	RAAS – “Registro de Ações Ambulatoriais de Saúde” – Sulfite A4 – branco – gramatura 75 – frente/verso – Impressão 1x1	18422	unid.	70	R\$ 10,2000	R\$ 714,0000
24	Receituário Controle Especial – com 01 via carbonada – med. Aprox. 15,5 larg. x 18 alt. (cm) - Impressão 1x0	18422	unid.	50	R\$ 15,8000	R\$ 790,0000
25	Receituário Médico – sulfite – branco – med. Aprox. 15,5 larg. x 21 alt. (cm) - gramatura 75 – Impressão 1x0	18422	unid.	300	R\$ 4,0000	R\$ 1.200,0000
26	Registro de Frequência – frente/verso – papel cartão – branco – gramatura 180 – med. Aprox. 32 larg x 23 alt. (cm) – impressão 1x1	18422	unid.	200	R\$ 1,2100	R\$ 242,0000
27	24 apostilas (Livro de Registro de Enfermagem) com 100 folhas frente e verso ( <b>numeradas de 01 a 100 folhas/não páginas</b> ) – Sulfite A4 – Gramatura 75 – Impressão 1x1, mais capa inicial papel médio gramatura 120 impressão 1x0 (12 masculina e 12 feminina) – com acabamento espiral e capa	18422	unid.	24	R\$ 47,4600	R\$ 1.139,0400

plástica					
					<b>Total</b> R\$ 17.529,1400

Botucatu, na data da assinatura digital.

**ROSÁLIA GALVÃO DO AMARAL DIAS**  
Diretor Técnico I



Documento assinado eletronicamente por **Rosália Galvão Do Amaral Dias, Diretor Técnico I**, em 22/04/2024, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0025740428** e o código CRC **564CF052**.